

OS *OUTROS NÓS* DA REDE. A IDEOLOGIA DA PREGUIÇA E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO INDÍGENA¹

Júlio César RIBEIRO²

Resumo: O medo ao diferente tem causado geralmente paralisia, distância, difamação, conflito e confronto. A concepção de preguiça utilizada pela burguesia do setor canavieiro sulmatogrossense, além de desprestigiar as possibilidades de invenções ocorridas no espaço social, busca aniquilar outras formas de relações homem-meio, reforçando a histórica minoração das formas de vida indígenas para que, assim, eles se tornem mão-de-obra barata a alimentar com cana os sempre famintos estômagos das destilarias. No espelho das relações, o ser social hegemônico também se destrói, uma vez que o outro é uma forma possível do nós, sob muitos aspectos, uma forma melhorada.

Palavras-chave: ideologia, preguiça, superexploração, rede, outro.

THE *OTHERS WE* OF THE NET. THE IDEOLOGY OF THE LAZINESS AND THE SUPER-EXPLORATION OF THE INDIGENOUS WORK

Abstract: The fear to the different has usually been causing paralysis, distance, defamation, conflict and confrontation. The conception of laziness used by the bourgeoisie of the sulmatogrossense cane sugar section, besides depreciating the possibilities of inventions happened in the social space, search to annihilate other forms of relationships man-middle, reinforcing the historical decrease in the indigenous life ways so that, like this, them if turn cheap labor the alimentary the always starving stomachs of the distilleries with cane. In the mirror of the relationships, the dominant social being is also destroyed, once the other is a possible form of the us, in many aspects, an improved form.

Key-words: ideology, laziness, super-exploration, net, other.

1. Introdução

O outro é uma potencialidade ao descobrimento do eu, diria o Aristóteles negador do individualismo analítico platoniano, para o qual o indivíduo só se conhece ao olhar para si mesmo.

Como Aristóteles, pensamos que o outro é uma ponte para a compreensão do eu, do nós, mesmo que ele não estivesse se referindo à questão interétnica, como pretendemos.

Passam os tempos, prosseguem formações societárias classistas e permanece seja a invisibilidade diante do outro como, dialeticamente, a que atine a nós mesmos (cf. LAING, 1978; RIBEIRO, 2006).

Por conta disso e movido pelo interesse desperto durante as festas comemorativas do quicentenário da Descoberta cabralina, dispomo-nos a avaliar a reprodução de velhos estratagemas na sociedade atual. Um dos quais, a ideologia da preguiça.

Quando uma questão, da preguiça ou qualquer outra, se impõe, antes da automática resposta cabe a averiguação dos motivantes interesses e interessados. Como a resposta pode ser ou se faz concebida? A quem interessa? Ela é central ao descobrimento da verdade ou rotatória de desvio à rodovia sem retorno da ideologia?

A partir da tese aristotélica, mas negando seu elitismo e hierarquia fundamentais, pensamo-nos como a diferença possível do outro que oprimimos quando da Descoberta e que

¹ Trazemos ao leitor informações oriundas de trabalhos de campo, bem como reflexões realizadas, em conjunto, em nosso mestrado, defendido em 2001, acrescidas de idéias posteriormente acumuladas sobre a economia global e o papel indígena na mesma.

² Professor Adjunto do Curso de Geografia da UFMS/Três Lagoas. Endereço para correspondência: UFMS/Departamento de Ciências Humanas/Curso de Geografia, Av. Ranulpho Marques Leal, nº 3484, Distrito Industrial, CEP: 79620-080, Caixa Postal: 210, Três Lagoas/MS. E-mail: jcezarr@hotmail.com

cotidianamente se reproduz como humanidade negada desde então. Um outro silenciado que ainda está em nós, que é inferiorizado, mas que, sob muitos aspectos, faz-se uma dimensão do nós melhorado.

O outro é o espelho do Homem deformado por homens. Em termos laboetieanos, o que há de melhor em nós, sufocado por alguns e aceito por todos.

A sociedade classista, ou seus agentes dominantes em chãos brasileiros, criou a imagem do outro preguiçoso para esconder a preguiça sua pelo trabalho. Usaram os índios como a projeção exógena e odiada do que evitavam ver em si próprios.

Tentando se equilibrar desequilibrando as sociedades autóctones, apostando se explicar zombando do comportamento alheio, procurando se desenvolver nos ombros dos julgados incapazes, o europeu ser classista tão-só conseguiu se afirmar negando o outro, para, ao fim, recusar a si mesmo, pois o outro é o eu diferente.

A molícia teórica em se aperceber disso apenas demonstra a secular preguiça de se perceber que a igualdade da humanidade não está na homogeneidade, mas na pluralidade das formas harmônico-coletivo-existenciais desenvolvidas em múltiplos quadrantes espaço-temporais.

Por incrível e absurdo que isso possa parecer, os aviltados índios do município de Dourados, no Mato Grosso do Sul, foco central de nossas análises, não importa quantos aniversários o descaso e a indiferença façam, insistem a nos provocar, particularmente por sua presença cada vez mais marcante numa economia globalizada armada em rede; rede esta na qual comparecem como um de seus nós centrais.

A realidade e a idéia, o concreto real e o concreto pensado (conceituado?), devem ser apaziguados.

E não se trata de favor aos índios, mas a nos mesmos, pois simulacros de selvageria, loucura, preguiça e superioridade são como cercas elétricas à razão.

Devemos trabalhar o pensamento para pensarmos sobre o trabalho, e vice-versa.

2. O (des)concerto dos conceitos: retrabalhando a teoria da preguiça

Vai trabalhar vagabundo (Dinheiro, Arnaldo Antunes).

Tem gente que não quer saber de trabalhar (Música de Trabalho, Legião Urbana).

Meditar sobre problemáticas como trabalho e ócio coloca-nos irremediavelmente diante de uma intrincada massa de concepções sobre fatos concernentes à economia capitalista tecida em

rede. Por isso e de imediato sobre elas iremos verticalizar, tendo por sustentáculo empírico e teórico os índios sulmatogrossenses.

Quando em ocasiões como esta nos dispomos a compreender o *outro*, particularmente o *ser índio*, a complexidade se aprofunda e os riscos de equívocos se amplificam, já que esses povos sofrem diversos tipos de choques perpetuados pela fiação de (pré)conceitos burgueses.

De frente disso, não buscaremos outra coisa que desmistificar pensamentos rigidificados sobre esse *outro* que, muito ao contrário de inferior, compõe a única raça que existe no planeta: a humana. Não obstante esse *outro* já não mais dever ser compreendido à luz do que fora outrora, na geograficidade de seu modo de vida autodeterminado, pois sua (auto)definição hoje, mais do que nunca, se fixa como *nó* da rede econômica armada transnacionalmente na conectividade dos lugares-nós que participam diretamente da urbanidade globalizada.

Pelo fato de essa outra dimensão possível do Homem ser ainda mais negada pelo metabolismo do capital, o outro *nós* sente a opressão de *nós* mesmos ao ser completamente agregado ao *nó* da rede econômica transnacional. A *forma* possível do *ser índio*, forma potencial do conteúdo humano, não em poucos quesitos sua existência melhorada, por sua inserção na economia capitalista globalizada se faz elemento estrutural do metabolismo espacial do capital, compondo um dos pontos nodais da economia, em especial nos confins da periferia (des)humana e territorial do país.

Noutra frente, os maestros hegemônicos cuidam do afinar conceitual dos instrumentos do concerto.

Mas não fazem apenas isso. Atuam diretamente na criação de condições que materializem os anseios de acumulação de capital e expansões horizontal e vertical das atividades produtivas, isto é, espalhamento das atividades pelo território e centralização do poder por sobre o mesmo.

Tais prerrogativas garantem aos capitalistas a criação de uma *estrutura imaterial* e alienante que se espalha em meio à sociedade, para que essa, revestida de um teor pseudo-explicativo do real, transporte e difunda os seus interesses como sendo o de todo o corpo social. Dando ares universais às pretensões classistas que a compõem.

A ideologia da preguiça, devido a isso, nunca descansa. Sempre é retomada para subvalorizar povos, etnias os grupos humanos (mulheres, negros, etc.), superexplorando-os além dos limites minimamente aceitáveis à (sub)existência.

Foi recentemente ressuscitada por empresas sulmatogrossenses e, por isso, relataremos alguns desses casos, propriamente os referentes à Destilaria e Usina de Álcool de Brasilândia S/A (DEBRASA), que não hesitou em criar a imagem de si e do *outro* que lhe agradasse, para então mais facilmente aliciar índios douradenses.

O objetivo era reduzir os obstáculos que ainda se postavam ante o processo de realização do capital, o que requeria substancial diminuição dos custos operacionais. A sedução da mercadoria força de trabalho em outras localidades constituiu-se no mais importante artifício à consubstanciação dessa meta.

A irradiação de sua visão particular e distorcida do real, atuando no convencimento social de que as medidas em pauta verter-se-iam em benesses e em soluções às carências existentes, foi o discurso intróito remetido à sociedade para que se efetuasse a aceitação de seus preceitos ou minimamente para que vingasse o sentimento de silêncio e conformismo sociais perante os mesmos.

Encontrava-se em armação nessa porção do território sulmatogrossense aquilo que Paul Lafargue (1999) havia tempos alcunhara de *ideologia da preguiça*.

Eis o *produto* imaterial edificado sobre as condições materiais presentes na produção e nas relações de trabalho da região e que, concomitantemente, se concretiza como forte *condicionante* às transformações nos lugares em que se instaurava.

Artifício secular, milenar de exploração. Herança da era colonial. Ideário maldito reinventado pelos empresários contemporâneos para o propósito de reestimar o setor produtivo alcooleiro.

Como nova mediação, quando não aplicada somente a força imediata, intentava fazer com que as explicações hegemônicas fossem investidas para justificar suas ações.

Os índios, que por tanto tempo foram considerados preguiçosos no processo de consolidação da sociedade brasileira³, comporão juntamente com trabalhadores não-índigenas recrutados em outras regiões do país⁴ o corpo de trabalhadores no qual a empresa buscará se manter, nesse que era considerado um período de crise econômica que afligia a camada empresarial.

Trata-se da mesma artimanha ideológica utilizada no Brasil de fins do século XIX, quando se promoveu a migração européia para se conseguir os braços necessários à cultura do café na região Sudeste. Amparou-se no discurso de que os habitantes locais eram preguiçosos, indolentes e pouco afeitos ao trabalho. Para isso, implantou-se a República e desligou-se a Igreja do Estado, tornando as portas do país abertas a possíveis levas de trabalhadores protestantes; alavancando medidas de agentes privados que logo receberam a subvenção e o comando estatais.

³ Melatti (1980, p. 47) faz uma interessante reflexão a esse respeito. Questiona o fato de que: “É muito comum se ouvir dizer que os índios são indolentes. Mas como se pode acusar os indígenas de ociosidade se dedicam grande parte (de suas vidas) destinadas a garantir seu alimento? Além de caçar, pescar, coletar, plantar, criar animais, os índios têm também de fabricar os instrumentos... Graças a seu próprio trabalho é que os indígenas têm sobrevivido até hoje” (apud BETONI, 1994, p. 19).

⁴ Em sua curta existência, a DEBRASA recrutou trabalhadores de várias partes do país, não importando a região. Algumas vezes a maior distância chegou a ser pré-requisito, pois, assim, maior seria a dificuldade desses a deixarem se descontentes com as formas de trabalho e pagamento, além de serem nulos quaisquer contatos com familiares por meios direto (visitas) ou indireto (correspondências), com o que tentava evitar maiores problemas. Por isso, aliciava trabalhadores da região Nordeste (Bahia e Alagoas, principalmente), Sudeste (de São Paulo e Minas Gerais, sobretudo) e do Sul (paranaenses, geralmente), quando não de outros países, como várias vezes ocorrera (RIBEIRO, 2008d).

Os interesses econômicos dimensionavam os valores e ideais a serem cultivados. Lembremos que cultura remete a cultivo, material e imaterial.

Para justificar a acumulação capitalista, renasce o mesmo discurso em outra realidade têmporo-espacial. Entretanto, não mais de uma economia colonial ou imperial, mercantil agro-exportadora, e sim republicano-industrial, já com nítida silhueta financeiro-rentista.

Valendo-se de um velho sofisma, as empresas e agentes dominantes passaram a assinalar como um dos fatores para a situação de atraso sócio-econômico dessa região, ante as demais, a inclinação inata da personalidade do indivíduo sulmatogrossense à preguiça⁵.

Ressuscitada, a *ideologia da preguiça* era empregada na justificativa da atribuição do rótulo pejorativo para as populações local e regional não-índia (que da mesma forma fora migrante, em épocas pretéritas), para que a migração fosse manobrada, mesmo que em termos intra-regionais e entre os povos indígenas, em última instância.

Na verdade, o que se esconde por detrás dessa receita (pseudo)explicativa capitalista, que humilha modos de vida e de auto-reprodução culturalmente diversos, é a busca por mão-de-obra mais barata, que signifique menores custos operacionais e maiores lucros às empresas, devido às metamorfoses do mundo pós-1970, com as novas exigências de enxugamento econômico, superexploração e supercontrole da força de trabalho.

Era essa a fórmula encontrada. Com ela se pretendia a resolução de problemas particulares enfrentados pela classe dominante, que passa, desde então, a ventilá-la para outras regiões do país como a redentora dos problemas de toda a sociedade, pretendendo conferir-lhe legitimidade para transitar nos diversos canais sociais e político-institucionais.

A ideologia põe-se como uma série de idéias concatenadas que aparenta pairar por sobre a sociedade, mas que está intimamente relacionada à realidade subjacente, em que é gerada e gerida.

O edifício da imaterialidade tem por isso estreita ligação com a empiricidade das condições de existência e de reprodução sociais, sendo produto de toda uma conjunção de causalidades sociais de fundo material que, em crise de reprodução, culminam na confecção de um ideário que intenta realavancar a (re)produção dos mecanismos de acumulação e realização do capital. Tentando a todo custo suprimir, ou pelo menos secundarizar, aquelas formas anteriores cimentadas na autoprodução, no auto-sustento e na autodeterminação.

É quando a idéia ou a ideologia deixa de ser unicamente potencialidade, sonho ou devir, transformando-se em práxis, direcionando mentalidades e comportamentos. Enfim, regendo a vida do corpo social.

⁵ Para termos uma idéia do alcance dessa ideologia, basta dizermos que essa constatação se deu numa entrevista com o então presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fabricação de Açúcar e Alcool de Rio Brillante/MS, o Sr. Ademar, no ano de 1998. Demonstrando que nem mesmo as lideranças dos trabalhadores possuíam condições de realizar uma leitura adequada da realidade, quanto mais atuar em prol dos trabalhadores, dadas às limitações teóricas e o comprometimento de sua visão de mundo com aquela burguesa.

Abismo ontológico entre as dimensões do empírico e imaterial não há. Elas estão relacionadas, presente uma na outra enquanto produto, elemento de reprodução e ou contradição: síntese de determinidades multivariadas.

Ou seja, a ideologia possui sua geograficidade, porque produto de certas relações sociais e históricas, edificadas na interface singularizada de condições objetivas, presentes em dada época e lugar de maneira peculiares. Tem um tempo datado, ritmado por específicas classes e em lugares particularmente (des/re)arrumados.

Possui singularidades modeladas pelas formas diferentes de arranjos sócio-econômicos, quando os traços universais se singularizam em expressões fenomênicas as mais diversas, mesmo quando globalizada ou com ares planetários, como feitiços incorporados na rede dos universais metafísicos do capital.

Jamais a ideologia poderia ser sinonimizada a uma idéia vaga, descolada totalmente do real e a flutuar aleatoriamente de sociedade a sociedade. Não são criadas para tal e nem surgem do nada. Todo o processo de gestação e atribuição de significados que lhe conforma são minuciosamente elaborados com vistas a um fim predeterminado, por meio da difusão de uma idéia (pensamento único) dos problemas que parecem atordoar o desenvolvimento do complexo das relações sociais. Tentando-se reanimar a dinâmica do corpo social em crise⁶.

Exatamente para reforçar a necessidade de trabalho requerida por suas empresas sucro-alcooleiras, a elite econômica regional inclinou-se a uma questão já secular: a preguiça. Mais uma vez o espírito da preguiça seria o responsável pelo mal maior a atravancar o desenvolvimento pleno da sociabilidade humana, agora, nesse cantinho específico do território brasileiro⁷.

A migração, em verdade, vislumbra responder à desvantagem enfrentada pelas elites do setor agroindustrial canavieiro sulmatogrossense, na concorrência com o setor produtivo paulista,

⁶ Lembramos aqui o impasse ao qual Gorender (1990) acreditou Castoriadis ter se lançado, afirmando que o mesmo não se apercebeu do que está, de maneira oculta, a atribuir a algumas *imagens* (imaginário) destaque social, permitindo-lhe ganhar vida, ao passo que outras padecem em mentes individuais pelo fato de os mecanismos (divulgação e apoio) que as nutririam socialmente se afigurarem indisponíveis. Trata-se de assunto por demais complexo, pois ainda que vejamos razão para concordar com o Gorender sobre os vetores macrossociais a serem considerados em qualquer análise, também entendemos que a ideologia em tudo não consegue se embrenhar, deixando lacunas e sofrendo resistências, fortes ou não, que permitem aos dominados exporem formas de contestação e até oposição declarada a certos signos lhes impostos. O que significa dizer que o imaginário social vai bem além do poder ideológico das classes dominantes. Nessa dialética, a variação no peso da balança pode pender de um lado a outro, e nas causas do movimento é que as explicações devem ser buscadas.

⁷ O desprezo despendido à preguiça é patente na história humana, seja pela religião, que a rotulava como empecilho para se atingir o céu, já que o trabalho dignifica e eleva o espírito humano (WEBER, 2002) ou por outras dimensões subservientes ao sistema dominante. Sendo quase sempre ocultada sua importância para se descobrir o novo, como o momento do indagar e do enriquecimento da inventividade humana (LAFARGUE, 1999. Introdução de Marilena Chauí). Na mesma linha de argumentação, Milton Santos, ainda que não tratasse diretamente daquilo que geralmente se qualifica enquanto *preguiça*, mas da competitividade violenta imposta às universidades, ressaltou a necessidade de tempo que o pensar exige, quando alguns meses do ano (cinco, pelo menos) deveriam ser reservados para uma reflexão mais cuidadosa, como exige uma produção científica adequada (CARVALHO et al., 2000). Obviamente que não seria muito difícil para a classe dominante, que direciona os rumos da educação no Brasil, considerar essa postura como a daqueles filósofos que nada mais fazem que indagar sobre coisas inúteis, “gastando o dinheiro público”. O tratamento que o senso-comum dispensa à atitude filosófica pode ser exemplarmente comprovado na obra de: CHAUI, 2000.

mais bem equipado, com maiores ganhos de produtividade e melhores condições técnico-gerenciais, porque também mais bem aparelhados tecnológica e informacionalmente.

As ações empresariais estariam pautadas, dessa forma, no investimento da extração da mais-valia absoluta, atingida pelo crescente de horas que o trabalhador desenvolveria na empresa e ou pela intensificação do trabalho no turno fixo pré-estipulado.

Como lembra K. Marx (1996, p. 138):

A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais.

A classe dominante desse setor acreditava que a maior exploração transcorreria eficientemente se a força de trabalho procedesse de regiões distantes ou pelo menos não tão próximas, para que a vigília da sociedade e dos aparelhos estatais fosse menos intensa. Transferindo as eventuais conseqüências geradas pela centralidade de seus interesses aos confins da “periferia”.

Surge a “revelação”⁸ de que o ser *sulmatogrossense* é *naturalmente preguiçoso*. Nele recai, por conseguinte, a responsabilidade pelo nível inferior da economia estadual frente às demais, por seu trabalho render bem menos que os outros, engendrando menor riqueza social (privada), portanto.

A linha que costura o discurso almeja promover nada menos que a transposição ideológica dos problemas econômico-estruturais do modo de produção capitalista e a atribuição da culpa desse estado de coisas ao *indivíduo*. O sistema capitalista que o torna explorado, miserável e rouba suas energias vitais, volta-se ainda ao trabalhador e o acusa de dar pouco de si. E mais, faz-se a revelação de que o *ser sulmatogrossense* é preguiçoso, tentando-se coligar hipóteses falaciosas de características inatas a sua personalidade ao específico território de Mato Grosso do Sul. Muito embora dificilmente exista no Brasil relação de descendência de gerações em um mesmo território, e em um país que foi povoado (invadido) por europeus primeiramente, além de africanos e povos de todos os cantos do planeta que, parte considerável contra a vontade, posteriormente aqui se rearrumaram internamente; ou seja, o próprio Estado do Mato Grosso do Sul configura-se como fruto da condensação de sujeitos oriundos de endereços regionais diversos: ele teve primeiro de ser ocupado, e se por essa época fora o migrante desbravador e “herói”, agora era considerado como inerte. Tem-se o “mesmo” sujeito considerado diferentemente em outros momentos e espaços, porque vistos pelos óculos ideológicos de classes dominantes com interesses ora sutilmente diferenciados.

⁸ É incrível como a sanção ideológica da burguesia sobre a índole de certas populações regionais é ventilada com áurea sacra, como se o seu caráter natural (socialmente construído) se assemelhasse a uma destinação divinal, tão antiga como a própria humanidade (RIBEIRO, 2006).

Os filisteus burgueses vivem do roubo e do engodo alheios. De nada lhes vale a verdade objetiva dos fatos, senão para, invertendo-as, continuarem reproduzindo as vantajosas inverdades.

A discrepância na capacidade de reprodução dessas atividades nessas regiões distintas seria o substrato material à necessidade do incentivar do fluxo migratório para que se continuasse produzindo os subprodutos da cana (álcool e, em menor quantidade, o açúcar). Ao passo que, o Estado, de sua parte, atuaria na arrecadação de impostos, supostamente para reverter-lhos à sociedade, impingindo a ideologia de que ela também teria a ganhar com isso.

A coerência do discurso pretendente à supremacia, para que pudesse ser assumido como necessidade banal e se pôr como agente criador da “consciência coletiva”, precisava do toque final de legitimidade via inclusão do *regulador social* Estado. A este cabe abraçar, aparente e indiretamente, todas as carências das demais camadas sociais, reforçando a função ao qual genericamente se acredita que encarne (RIBEIRO, 2008b).

Entrementes, se a propagação do discurso ideológico da indolência pelo tecido social não pretendia abranger, de imediato, a todo o território sulmatogrossense, prestou bem aos seus serviços de cooptar os agentes *a priori* responsáveis legalmente pela defesa dos interesses do proletariado, “garantindo” o aparente consenso das ações a serem desdobradas⁹.

A lapidação final da delicada obra ideológica cimentava-se, na outra ponta, na correlação desproporcional de forças existente no cenário do setor sucro-alcooleiro nacional. Se o proletariado sulmatogrossense fora acusado de preguiçoso, a burguesia da região levantava-se agora contra a paulista, a lhe ameaçar roubar mercado e causar um possível desmonte de suas unidades produtivas.

As razões de uma tal ameaça relacionavam-se à diferencialidade brutal da infra-estrutura e da capacidade técnico-produtiva entre produtores paulistas e sulmatogrossenses, fazendo com que surgisse por parte dos segundos um discurso consensual sobre a necessidade de reformatação de ingredientes legislativos estatais que amainassem essa situação, que ameaçava quebrar o setor do Mato Grosso do Sul e estabelecer um possível monopólio nacional, a ser gerido principalmente pelo Estado de São Paulo (CORREIO DO ESTADO, 25/7/1994).

Talvez a concepção da contraditoriedade inerente às relações intracapital e intratrabalho, ou, como se refere Mézáros, a “*pluralidade de capitais*” e a “*pluralidade do trabalho social*” confirmem os limites experienciados pela globalização quase-monopolística (MÉSZÁROS, 2003, p. 46, 54-55, 89, 92, 98).

⁹ Sapiente da “carência” sentida pelos capitalistas por mecanismos de acumulação, as agências estatais faziam vistas grossas sobre as formas em que essa se processa. Não raras às vezes corriam notícias sobre acidentes nas rodovias envolvendo veículos transportando indevidamente, sem mínima segurança, trabalhadores em carrocerias: apenas mais um dos muitos “detalhes trágicos” ocorridos nesse processo. Qualquer interesse sobre esse “detalhe”, presente em um período recente da história do Brasil, consultar: MARTINS, J.S. A escravidão hoje no Brasil. In____. *A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 39-44.

Os olhos da face ideológica dos produtores sucro-alcooleiros do Mato Grosso do Sul miravam as dimensões interclasse e intraclasses, acusando a ambas pela escassez de riqueza e potencialidade de desenvolvimento para disseminar o discurso ideológico à criação da (distorcida) “consciência coletiva” do fenômeno.

Queriam obviamente garantir os meios que lhe permitissem acumular e avaliar a posição de classe dominante, mesmo que primeiramente no plano regional, para que, na posteridade, vôos mais altos quiçá se tornassem possíveis (se bem que a referida empresa é senhora de uma vasta rede de filiais no Nordeste brasileiro).

A isso prestava a ideologia. Fora para isso gestada.

A proposta da ideologia é a de se tornar um *condicionante* à realização do reordenamento da tessitura social, dinamizando o ritmo do processo de superexploração do trabalho dos que são açambarcados por sua projeção, diretamente ou indiretamente, e, na principalidade do processo, obter o consenso inconsciente de lideranças políticas, como as sindicais, que não demonstram capacidade de leitura da malha social em que estão presentes, por mais que se digam defensoras da causa operária¹⁰.

Como qualquer outra, a *ideologia da preguiça* não se esparrama de maneira homogênea e universal a todas as camadas, como toalha perfeitamente costurada. Contém lacunas estruturais que conferem sua coerência exatamente, ou também, naquilo que se põe como aparentemente incoerente e disfuncional.

Isso é próprio da ideologia. É importante se deixar pequenos e escorregadios buracos teóricos para que observações imprevistas caiam, recompondo o grosso das camadas explicativas.

O mais importante é que atinge as metas principais ensejadas ao se espriar no meio político-institucional, donde possivelmente se poderiam insurgir maiores resistências de agentes institucionais que incorretamente confiam que o Estado é o elemento neutro e apaziguador dos ânimos exaltados.

O quadro propício à realização da migração e da conseqüente superexploração do trabalho é desse modo pintado. Já se têm minimamente avaliadas as condições de efetivação da rede de influências dos atores dominantes com as instâncias políticas desse Estado.

Como todas as empresas envolvidas com a prática da produção do álcool ou nas atividades referentes às carvoarias, a DEBRASA se valia desse artifício para gerar recursos econômicos que lhe possibilitasse acumular.

Vejamos mais de perto esse fenômeno.

¹⁰ Relembremos o caso do Sr. Ademar, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fabricação de Açúcar e Alcool de Rio Brillante, que declarou em alto e bom tom que: “Na verdade o sulmatogrossense é preguiçoso. Não gosta muito de trabalhar”. Uma revelação da incapacidade de representação sindical e alienação frente às ações do capital.

3. Os novos nós da cana: da rede de pano à rede capitalista, põem-se os índios de facão na mão

Aliciar trabalhadores de outros Estados: a ordem do dia das empresas sulmatogrossenses, atuando na promoção da migração sazonal para compor o conjunto dos trabalhadores responsáveis pelas práticas de corte e manejo da cultura da cana-de-açúcar.

As conseqüências foram múltiplas, seja do ponto de vista organizativo (para os sindicatos) ou, mais abertamente, para a cultura dos trabalhadores (índios ou não-índios, adultos ou crianças) recrutados e encarcerados em suas dependências e submetidos a brutais processos de trabalho.

De mãos dadas à desterritorialização dos sujeitos caminhava a desidentidade sócio-territorial: elementos nucleares da superexploração do trabalho e de dominação do capital. Longe de seu meio e sem possibilidades de estabelecimento e conservação de uma rede solidária e coesa de contato social, os índios ficavam mais frágeis às ações dos agentes capitalistas; inclusive por que as distâncias (materiais e imateriais, geométricas e geográficas) de sua gente e cultura, nesse aparente curto período, tendiam a lhes deixar com a sensação de solidão, desamparo e desidentidade, quer com o local, quer com as pessoas com as quais contatava. Por mais que carregassem acesas dentro de si as lembranças de aquecidas experiências vivenciadas com os seus, os sentimentos de fragilidade muitas vezes eram mais fortes que os de indignação e descontento com as condições vivenciadas – o que os capitalistas viam de muito bom grado.

Por essa via é que o fenômeno da migração sazonal pôde escorrer mais facilmente em leito da sociedade burguesa.

Ao fazer com que a *ideologia da preguiça* fosse seu abre-alas, o capital sucro-alcooleiro destruiu os obstáculos que dificultavam o fluir de suas atividades.

O combate à preguiça, isto é, àquilo que fosse visto pelos capitalistas como inferior à máxima exploração do sobretrabalho dos sujeitos arregimentados, possibilitou que o neonomadismo indígena, o migrar para o capital, seguisse seu bater de asas por sobre chão sulmatogrossense.

As andorinhas indígenas que há muito tempo e em grandes proporções foram expulsas de seus ninhos territoriais, continuavam a desdita de serem arrastadas pelos ventos gananciosos do capital. Já não podiam mudar o curso, direcionar seu vôo. Não controlavam a direção dos ventos, de suas asas ou suas vidas. À mercê estavam dos senhores do meio de sua subsistência, que as forçavam ao adejar em territórios outros.

Para facilitar o migrar, reproduziu-se a base material fortalecedora da descaracterização cultural dentro da própria Reserva Francisco Horta Barbosa, localizada no município de

Dourados/MS, e que abriga índios terenas, guaranis e kaiowás, tradicionais inimigos concentrados propositadamente pelo Estado em uma mesma área, com a finalidade de acelerar a descaracterização cultural.

Endossava-se a disseminação da *ideologia da preguiça* internamente à reserva, seja por parte da população citadina (douradense) já conformada como esse (pré)conceito ou por sua projeção internamente à reserva pelos agricultores terenas e brancos que ali se achavam.

Como os kaiowás e nhandevás tentavam reproduzir a condição cultural de ter na terra elemento de subsistência e não de acumulação, situação somada ao aumento do número de famílias e repartição das terras, além da falta de subsídios no plantio, entristecidos, esses índios não vislumbravam outra saída que a de cedê-las em forma de arrendamento para os mais “capacitados” – eis o domínio imaterial – a se relacionar com as regras mercantis que adentravam a aldeia com força multiplicada.

O resultado tem sido o crescente arrendamento, maiormente para os terenas e brancos que se instalaram dentro ou fora da reserva, na cidade de Dourados (MEIHY, 1991). Fato que fortalece o preconceito com os guaranis, acusados de preguiçosos, indolentes e pouco produtivos: incapacitados para exercerem a agricultura comercial (em especial da soja, totalmente comercializada por não fazer parte da dieta índia).

Cria-se uma círculo econômico vicioso, que gerará também uma migração espacial em círculo:

A família que lança suas bases na produção extensiva não mantém os padrões culturais de sua comunidade, não preserva seus cultos, suas danças e suas comemorações e muitas vezes não conserva sua linguagem (RASSLAN; WENCESLAU, 1991, p. 75).

Então, com pouca terra, arrendada ou repartida, quando não integrado culturalmente nos cultivos comerciais, rende-se à *changa*, a outras formas de trabalho em outros locais, deixando a casa *tapera* (vazia). O trabalho produtor de valores-de-troca dele se aproxima, mesmo na venda dos artesanatos aos turistas ou na cidade.

A *ideologia da preguiça* adentrou a reserva para, de dentro, forçar os índios a migrar, destruindo paralelamente os meios que lhes permitissem nela se sustentar por mais tempo.

O facão que em épocas de Descoberta gerava fascínio, por permitir a economia de tempo no trabalho (concreto) a um povo que valorava o ócio como atividade igualmente essencial, vê esse objeto se tornar sujeito, um elemento de trabalho (abstrato) que na sociedade hegemônica repudia o ócio.

No fundo, o que se assistia era a integração das reservas indígenas aos projetos de regionalização do capital, quais cativos de mão-de-obra.

Neste processo, as regiões vêm sofrendo substanciais modificações, como sofrera internamente o conteúdo do trabalho¹¹. Vejamos alguns dos seus traços mais marcantes.

Sabemos que no mundo posterior às descobertas marítimas e remodelado pelas revoluções industriais, em especial a técnico-informacional recente, as regiões deixaram de ser concebidas axiologicamente segundo os critérios eminentemente clássicos da ciência geográfica, que a entendiam sob crivos físico-naturais, não-humanos ou atrelados a exotismos culturais (cf. CORRÊA, 1991; MOREIRA, 1995; GONÇALVES; RIBEIRO, 2001). Mas, inda assim, por conta das transformações no concreto real, ocorreram inevitáveis modificações no concreto pensado e, por isso, o conceito de região, como o de trabalho e as posições teleológicas emersas da conjugação material das forças produtivas e das relações de produção, foram indubitavelmente recontextualizadas, para não se petrificarem como preconceitos e ciência abstrata.

A região mesmo, que outrora poderia ser vista como limite tribal de espacialidades sagradas e profanas, estendida para além dos terrenos produtivos (já que os improdutivos de um momento poderiam ser os produtivos de outro, não apenas pela técnica do *pousio* como pelo deslocamento necessário à superação do relativo escasseamento de recursos), se fazia protegida na medida exata da necessidade. O poder que entranhava e energizava esse espaço, se quisermos aproveitar o conceito de poder nos termos em que o emprega Engels (1981), não objetivava outra coisa que garantir a reprodução grupal, segundo tradições que reproduziam a unidade que amarrava, em funcionalidade e respeito, anciões, jovens, mulheres e crianças, visto as contradições se resolverem por dentro de feições não-antagônicas (RIBEIRO, 2009).

A realidade da região se altera por dentro dos marcos e das marcas da sociedade capitalista, sobretudo pelo apartamento do poder do seio da sociedade, radicado às veleidades da camada que subiu pisando em homens empilhados como degraus. Agora, na fase alta do capitalismo imperialista, a região se delinea como horizontalidade territorial empírica ordenada politicamente-economicamente pela verticalidade organizativo-ditatorial de classes abastadas da própria localidade ou de empresas e atores hegemônicos de lugares distantes, presentes fisicamente ou por intermédio de normas e regulações veiculadas pelo conjunto de instituições e de técnicas definidoras do meio moderno contemporâneo. Não discordamos da tese de que a rede se sobleva nesse período de flexibilização da economia, se comparada àqueles padrões clássicos de regiões fechadas e autônomas que por tanto tempo e injustificadamente nuclearizou o debate epistêmico na Geografia, pois rede, região e lugar assumem papéis e importâncias diferenciadas no momento histórico atual de rearrumação espacial. Por isso, entendemos a rede ou as sub-redes como interligação de *lugares-nós* que se expressam como epicentros vertedouros e receptores de fluxos econômicos e informacionais que também reordenam e *regem*, muitas vezes, as hinterlândias dos pontos nodais.

¹¹ A este respeito, sugerimos nosso texto: *O espaço e as formas de reprodução do ser a partir do trabalho*, mais especificamente o subitem “Retrabalhando o conceito de trabalho: o labirinto espacial visto por dentro” (RIBEIRO, 2008c, p. 120-125).

Assim, se é a nodosidade a característica espacial mais marcante dessa fase da história, fazendo com que lugares se interliguem aos fluxos econômicos globais enquanto outros adjacentes padecem de força sinérgica (sejam cidades ou campos), conseqüentemente a região se re-amolda segundo a potência demonstrada pelos macrovetores econômicos. De outra parte, a região bem pode ser definida naqueles caracteres relacionados às condições tidas como físico-naturais e depósitos de recursos, em porções ainda não abraçadas efetivamente pelo capital industrial e financeiro, a não ser enquanto áreas voltadas à especulação e ou reprodução de atividades primárias de menor lucratividade no momento, mas o fato é que cada vez mais a região contemporânea deve ser compreendida como a resultante do processo mutante e dialético de embate e reajuste das formas e funções das horizontalidades e verticalidades que os segmentos dominantes imprimem ao meio e à sociedade, regendo-os, regionalizando o seu poder. As teias que não participam diretamente das grandes transações da economia atual se ligam “marginalmente”, como redes secundárias ou sub-redes prestadoras de serviços ou integradas de maneira mais marcante pelas determinâncias da rede central, seja por sua importância distributiva e ou consumidora ou mesmo, em última instância, pela funcionalidade da “ociosidade” especulativa (caso da Amazônia), quando não por meios primitivo-estruturais de acumulação capitalista – como o que se passa na DEBRASA.

Integradas no circuito econômico da nova sistemática social e, concomitantemente, singularmente arrumada pelas especificidades assumidas em nível técnico, cultural e territorial pelo seu coletivo social em interação com os caracteres geográficos (tradicionais), são nessas novas regiões que os índios serão inseridos e movidos pelos sopros do capital. Ante aquela região clássica da geografia, que bem poderia representar a relação homem-meio de antes da invasão (período que foi tanto de Descoberta como de Encobrimentos), representada pelo entrecruzar de compostos físico-naturais parecidos ou pelos exotismos culturais de humanidades “perdidas”, ergue-se uma concepção de região emparedada e ou *regida* por componentes materiais de fundo social, ligada à base produtiva da sociedade e ao modo de vida que essa engendra, embora aceleradamente re(de)formada pela velocidade do fazer social, com novas rugosidades se constituindo, além de novos cultivares e padrões alimentícios brotados velozmente do chão, orientados pelas esquizofrênicas divisões técnicas e territoriais do trabalho. O que não elimina a possibilidade de determinada região continuar dependente de atividades econômicas relacionadas às potencialidades extrativas não-essencialmente humanas (especificidades minerais e ou vegetais), todavia, o que torna determinada região possuidora desse ou daquele atributo paisagístico ou econômico são cada vez mais os segmentos populacionais (classistas) que com ela interagem e qualificam sua unidade sistêmica.

Em sendo verdade que aquela multiplicidade das regiões pré-cabralinas instituídas sócio-territorialmente pelos índios de maneira menos sistemática (na verdade, eram mais sistemáticas:

duma natureza-totalidade relacionadas muitas vezes cosmicamente) desapareceu gradual ou aceleradamente com a ferocidade das conquistas, também é verdade que a tentativa da supressão da diferença, enquanto mecanismo de dominação de classe, criou novos contra-espacos, heterotopias ou outras micrológicas de utilização e de saber pensar o espaco regional; embora as regiões agora obedeçam às determinações do modo de produção econômico-global do capital.

A Aldeia Global que fez soçobrar as Aldeias Locais não é homogênea e mais longe está de ser harmônica. A dialética social do meio objetivo se efervesce a cada investida do capital que ameaça a existência do Ser. E a ebulição da negação, em muitos casos, deixa de ser mera possibilidade de acumulativos negatórios parciais e insuperáveis.

As novas regiões, não mais isoladas e sim integradas sócio-territorialmente por objetos e ações econômicas globais, têm de conviver com as afirmações locais, que as desafiam e *re*-modelam.

A microrregião agroindustrial da DEBRASA confirma esse fenômeno com sua horizontalidade paisagística marcada por plantações de cana, equipamentos e infra-estruturas voltadas ao seu processamento. Caracteriza-se como pólo atrativo de força de trabalho indígena e não-indígena, fazendo surgir uma Vila Industrial habitada por centenas de moradores, formando um mercado de consumo local, com fornecimento de instrução escolar não apenas aos indivíduos circunvizinhos à propriedade, como também filhos de fazendeiros dos arredores; etc. A horizontalidade dessa organização microrregional está associada, por sua vez, à verticalidade (em nível econômico, técnico e informacional, comandado pelo Grupo José Pessoa) da atuação produtiva em âmbito nacional e com distribuição de derivados no mercado global.

A horizontalidade geográfica do fenômeno do *lugar-nó*, que é a propriedade da DEBRASA, segue as imposições da verticalidade racional capitalista dos proprietários ou parceiros comerciais nacionais e transnacionais. A unidade industrial da DEBRASA processadora do álcool é o epicentro receptor da cana das adjacências, como é igualmente pólo atrativo da força de trabalho sazonal da região de Brasilândia e na qual a Reserva Francisco Horta Barbosa é exemplo, ou de outras a ela relacionadas; além de populações já fixas que fizeram vigorar um comércio e uma vila. O que conseqüentemente veio a se desdobrar em inserção de indivíduos locais na política oficial do município, para que melhorias infra-estruturais fossem conseguidas.

Da reserva à vila, da autonomia à impotência, do abandono da terra ao relativo abandono da cultura, de uma vida de gozo a uma de desgosto, de centenas de anos de trabalho concreto a meses do ano de trabalho abstrato, das aldeias ao desaldeamento, do essencial ao marginal, da leveza da vida à obesidade do suicídio... do índio ao não-branco, ao não-civilizado, não-humano.

Tudo isso como a condição de um quase nada.

3. Últimas palavras (Para redirecionar o conceito de preguiça aos seus preguiçosos criadores)

Os índios que ironicamente sempre trabalharam para sobreviver viram ser difamada e destruída a organização de suas terras. Assistiram ao espancamento de seus deuses. Viram-se forçados a vagar alucinadamente para, ainda, serem taxados como preguiçosos.

Se nos distanciarmos das teses dos economistas clássicos que pregavam troca de iguais e justiça na repartição da riqueza, notaremos que as classes que mais acusam a outrem de preguiçoso são as que se empanturram da mais-valia alheia.

Rodopiando nesse *nonsense*, o ser hegemônico, capitalista e estatizado, diminuiu outras formas geográficas de manifestação do ser social. O (sem)sentido do trabalho abstrato e da transformação ambiental é intenso o suficiente para destruir a ambos, reforçando o argumento de que ao destruir o outro a sociedade do capital (ser europeu de outrora, ser europeizado e americanizado de agora) destrói a si mesma.

Enquanto essas conseqüências fatais podem ser disfarçadas ou atenuadas por perorações sofisticadas e ideológicas, o ser continua a se encher de objetos e a se esvaziar de significados.

Segue trabalhando nisso, pois atualmente o único trabalho que a classe dominante parece ter lia-se à criação de ideologias as mais variadas, com vistas a perfumar a fétida situação desigual em que organizam a infra-estrutura da sociedade. Mas até isso é raro, pois geralmente quem o faz são os intelectuais, produtores de ideologia, engenheiros e toda uma cadeia de servos que vivem do corte das gangrenas do corpo social, costurando os órgãos sociais para a sobrevivência moribunda do metabolismo do capital.

Porém, o combate unicamente teórico-conceitual nada resolverá, pois todo o espesso manto de ideologias que tapa a luz da razão deve ser totalmente incinerado por forças coletivas, com a chama da práxis anti-hegemônica lançada à infra-estrutura societária, para que os furos do tecido ideológico não envolvam a sociedade, índia e não índia, humana enfim, como camisa de força e nem que o velho perfume continue a entorpecê-la no sonho nada encantado da história na qual o trabalho abstrato é que dignifica o *HOMEM*.

4. Referências

BETONI, W.L. **O trabalho e a terra para o índio Guarani**. Dourados: CEUD/UFMS, 1994 (Monografia de Especialização em História da América Latina).

CARVALHO, M. et al. **Território e sociedade**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COGGIOLA, O. **Introdução à teoria econômica marxista**. São Paulo: Viamundo, 1998.

CORRÊA, R.L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1991.

ENGELS, F. Sobre a autoridade. In: PAULO NETTO, J. (org.). **Engels: política**. São Paulo: Ática, 1981, p. 102-105.

GONÇALVES, M.A.; RIBEIRO, J.C. Região: uma busca conceitual pelo viés da contextualização histórico-espacial da sociedade. **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB-seção nacional, v. 2, nº 17, p. 79-97, 2001.

GORENDER, J. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1999.

LA BOÉTIE, E. **Discurso da servidão voluntária**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982 (Coleção Elogio da filosofia).

LAING, R.D. **A política da experiência e Ave-do-Paraíso**. Petrópolis: Vozes, 1978 (Coleção Psicanálise).

MARTINS, J.S. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, tomo 2, 1996 (Coleção Os economistas).

MEIHY, J.C.S.B. **Canto de morte Kaiowá**. São Paulo: Loyola, 1991.

MÉSZÁROS, I. **O século XXI: socialismo ou barbárie?** Perdizes: Boitempo, 2003 (Coleção Mundo do trabalho).

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar (a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo). **Revista Ciência Geográfica**, Bauru: AGB-seção local, nº 6, 1995.

MS produz 44,21% a mais de açúcar. **Correio do Estado**, Campo Grande, 25 de jul. 1994.

RASSLAN, I.N.; WENCESLAU, M.E. **O índio e a comunidade de Dourados**. Dourados: CEUD/UFMS, 1991.

RIBEIRO, J.C. **A geografia da escravidão no território do capital**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2001 (Dissertação, mestrado em Geografia).

_____. O indivíduo, o ser, o tempo e o espaço. **Revista Cosmos**. Presidente Prudente: UNESP, v. 4, nº 1, p. 16-31, nov. 2006.

_____. Elementos geográficos da Carta de Pero Vaz de Caminha a el-rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil. In: **Anais do IX Encontro de Geografia do Tocantins** (em CD). Araguaína: UFT, p. 131-139, 2008a.

_____. O caráter ontológico do Estado no regimento da geografia capitalista. **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB-seção nacional, nº 30, p. 97-121, 2008b.

Caderno Prudentino de Geografia, nº31, vol.1, 2009.

_____. O espaço e as formas temporais de reprodução do ser a partir do trabalho: relações entre as marcas da paisagem e os marcos do espaço. **Revista Geoambiente On-line**. Jataí: UFG, nº 11, p. 117-148, jul./dez. 2008c (no site: <http://www.jatai.ufg.br/geografia/uploads/files/11.pdf>).

_____. Voando (em círculo) com asas douradas (de papel). **Revista Formação**. Presidente Prudente: PPGG/FCT/UNESP, v. 2, nº 14, 2008d.

_____. A geografia do modo de produção comunista primitivo. **Revista Formação**. Presidente Prudente: PPGG/FCT/UNESP, v. 1, nº 15, 2009 (no prelo).

_____; SIEBEN, A. Indesejáveis travessias: da migração autodeterminada à migração alienada. **Revista Geoambiente On-line**. Jataí: UFG, nº 9, p. 123-141, jul./dez. 2007 (www.jatai.ufg.br/geografia/uploads/files/8-9.pdf).

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2002 (Coleção A obra-prima de cada autor).